

A produção dos significados dos termos analfabeto e analfabetismo no século XIX: um estudo baseado em dicionários

The production of the meanings of the terms illiterate and illiteracy in the 19th Century: a study based on dictionaries

Ana Maria de Oliveira Galvão 

E-mail: anamariadeogalvao@gmail.com

Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

Editores-chefes

Marcus Dores
Célia Lopes

Editores convidadas

Huda Santiago
Pedro Daniel Souza

Dossiê

Diálogos entre a Sócio-História do Português e a História Social da Cultura Escrita

Recebido: 18/10/2022

Aceito: 03/07/2023

Como citar:

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A produção dos significados dos termos analfabeto e analfabetismo no século XIX: um estudo baseado em dicionários. Revista LaborHistórico, v.9, n.2, e55100, 2023. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v9i1.55100>

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar os significados atribuídos às palavras “analfabeto” e “analfabetismo” – e o léxico a elas associados – ao longo do século XIX, em dicionários de língua portuguesa publicados no período. Busca, desse modo, compreender como, na esfera da linguagem, foram-se produzindo associações entre o “analfabeto” e a incapacidade de tomar decisões de modo soberano e o “analfabetismo” a um problema social. Foram utilizadas como principais fontes de pesquisa edições de diferentes dicionários e a imprensa periódica. O trabalho mostrou que, durante o período, novas definições foram sendo incorporadas ao verbete “analfabeto”, assim como sinônimos e exemplos de uso. Constata-se que o significado associado ao não domínio da leitura e da escrita vai aos poucos se estabilizando, sendo identificado, também gradativamente, à esfera da instrução. Há, ainda, um deslocamento, na atribuição dos significados dos termos “analfabeto” e “analfabetismo”, da dimensão individual para

as dimensões coletiva e social. Além disso, os termos começaram a ser associados a grupos específicos, como a população negra e as populações camponesas.

Palavras-chave

Analfabetismo. Dicionário. Século XIX. Léxico. História da cultura escrita.

Abstract

This article aims to analyze the meanings attributed to the words “illiterate” and “illiteracy” – and the lexicon associated with them – throughout the nineteenth century, in Portuguese language dictionaries published in the period. It seeks, thus, to understand how, in the sphere of language, associations were produced between “illiterate” and the inability to make decisions in a sovereign manner, and “illiteracy” as a social problem. Editions of different dictionaries and the periodical press were used as main research sources. The work showed that, during the period, new definitions were being incorporated into the term “illiterate”, as well as synonyms and examples of usage. We can see that the meaning that associates the words with not being able to read and to write has gradually stabilized, being identified, also gradually, with the educational sphere. There is also a shift in the attribution of the meanings of the terms “illiterate” and “illiteracy” from the individual to the collective and social dimensions. In addition, the terms began to be associated with specific groups, such as the black and peasant populations.

Keywords

Illiteracy. Dictionary. 19th Century. Lexicon. History of written culture.

Introdução

Nas últimas décadas, tem-se assistido a um crescimento significativo dos estudos sobre história da cultura escrita (Castillo Gómez, 2021; Lyons; Marquilhas, 2017). Esses estudos, mesmo quando reconhecemos que advêm de tradições disciplinares, epistemológicas e culturais distintas, convergem, em nossa avaliação, em torno de uma questão comum: que lugar – simbólico e material – ocupava a palavra escrita, em tempos históricos distintos, na vida de indivíduos, grupos e sociedades (Galvão, 2010)? Para responder a essa ampla pergunta e as demais que dela decorrem, múltiplas vias de entrada podem ser mobilizadas (Chartier, 2001). Uma delas diz respeito à denominada “mudança semântica” (*semantic change*). Como explicitam Lyons e Marquilhas (2017, p. 11), quando essa mudança ocorre, novos significados são atribuídos a antigas palavras, especialmente por meio de metáfora e metonímia; esses novos significados são, depois, convencionalizados. Poderíamos, então, nos

aproximar dos sentidos que tinha o mundo escrito para pessoas que viviam em países de língua portuguesa¹ no século XIX por meio da análise de verbetes de dicionários? Que verbetes? Entre tantas possibilidades, para tal exercício, elegemos duas palavras que expressam a representação do sujeito e do fenômeno marcados pela ausência da escrita: o analfabeto e o analfabetismo. O artigo tem, assim, como objetivo, analisar os significados atribuídos às duas palavras – e o léxico a elas associados – em dicionários de língua portuguesa no século XIX que circularam no Brasil.

Buscamos, desse modo, compreender como, na esfera da linguagem (Bakhtin, 1997 [1919-1974]), foram-se produzindo associações entre o analfabeto e a incapacidade de tomar decisões de modo soberano e o analfabetismo a um problema social. Alguns estudos (Galvão; Di Pierro, 2007; Julio, 2017; Rachi, 2016) têm mostrado que, no período colonial brasileiro, as referidas representações ainda não haviam sido produzidas, tendo emergido ao longo do século XIX, principalmente a partir da discussão em torno da Lei Saraiva (1881), que colocou restrições ao voto do analfabeto². Elas se tornariam ainda mais recorrentes a partir da República (1889), que, já na Constituição de 1891, impediu, juridicamente, que as pessoas que não soubessem ler e escrever exercessem sua cidadania. Nas décadas seguintes, grandes campanhas de alfabetização de adultos começaram a ser realizadas para a “erradicação” do analfabetismo (Rocha, 1995), ideia que se estende, de diferentes modos, até o presente. Nesse sentido, temos buscado compreender a produção de representações que construíram, ao longo das décadas, um conjunto de imagens que associam a pessoa analfabeta e o analfabetismo à ignorância, à incapacidade, à pobreza, à doença, à cegueira e à irracionalidade. A esfera da linguagem convencionalizada, expressa nos dicionários, poderia nos ajudar a compreender a produção sócio-histórica da ideia do analfabeto como alguém incapaz de tomar decisões de modo soberano e da construção do analfabetismo como um problema social no Brasil? Poderia, de modo mais geral, subsidiar a compreensão da história da cultura escrita no País?

Na pesquisa mais ampla, que deu origem a este artigo, temos usado um conjunto abrangente de fontes, que compreende, além de edições de diferentes dicionários, a imprensa periódica, relatos de viajantes, discursos oficiais, anais do parlamento, legislação eleitoral, legislação educacional, relatórios ministeriais e provinciais, censos

¹ É interessante destacar que as taxas de analfabetismo eram muito semelhantes nos dois principais países de língua portuguesa do período: em 1878, 79,4% dos portugueses acima de 6 anos não sabiam ler (Ramos, 1988) e, em 1872, esse índice era de 82,3% entre os brasileiros com mais de 5 anos (Ferraro, 2009).

² O modo como aparecem a leitura, a escrita e a instrução em todas as reformas eleitorais do Império e a relativização da Lei Saraiva como aquela que interditou o voto do analfabeto têm sido objeto do trabalho de mestrado de Camila Cristina Azevedo Castro Teixeira, sob nossa orientação. Sobre o tema, ver, também, Leão (2013).

demográficos, memórias/autobiografias e obras literárias. Essas fontes têm sido localizadas em acervos digitais e físicos, em Portugal e no Brasil.

Para a escolha do *corpus* analisado no artigo, tomamos como referência os estudos de Telmo Verdelho (2003, 2007) e os dicionários que ele considera fundamentais na constituição da lexicografia portuguesa. Foram analisadas todas as edições publicadas no século XIX do dicionário de autoria de Antonio de Moraes Silva³ (1813, 1823, 1831, 1844, 1858, 1877-1878, 1890-1891) e cerca de outros 20 dicionários, destacando-se aqueles produzidos por Frei Domingos Vieira (1872-1874)⁴ e Cândido de Figueiredo⁵ (1899, 1913), por apresentarem, em seus verbetes, alguma diferença significativa, para os propósitos da pesquisa, em relação ao Moraes Silva. O dicionário médico de Pedro Chernoviz⁶ (1851, 1890) também foi mobilizado. Por que a centralidade do dicionário de Moraes Silva na análise? Para Verdelho, trata-se de:

[...] um nome predominante e tutelar na história da lexicografia portuguesa. A sua obra, em sucessivas reedições, acompanhou a língua em Portugal e no Brasil [...], ao longo de dois séculos, como a mais importante referência para o uso lexical. [...] Tornou-se, assim, um testemunho privilegiado da evolução do vocabulário português e simultaneamente um factor de referência e de padronização (Verdelho, 2007, p. 10-11).

Utilizar dicionários como fonte implica considerar algumas especificidades desse gênero do discurso. Nos estudos da linguística moderna, segundo Nunes (2008), os dicionários não foram objeto de análise na medida em que, baseados na perspectiva de que a língua seria um sistema abstrato e invariável, os autores os consideravam um objeto normativo. Nas últimas décadas, no entanto, esses impressos, assim como outros instrumentos linguísticos, passaram a ser considerados como objeto de análise, pois, embora não possam ser confundidos com a “língua” (pois são registros

³ Para uma análise da importância do dicionário de Moraes Silva na lexicografia de língua portuguesa, ver, entre outros, Verdelho (2003), Murakawa (1998) e Garcia (2010). Antonio Moraes Silva (1755-1824) nasceu no Rio de Janeiro, estudou em Coimbra, exilou-se na Inglaterra e faleceu em Pernambuco. O seu dicionário foi baseado no *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728), escrito pelo Padre Rafael Bluteau.

⁴ Nasceu e morreu em Portugal. Foi teólogo, gramático e lexicógrafo. Segundo Verdelho (2003), seu dicionário, em cinco volumes, é considerado a “obra mais volumosa, de mais trabalho original e mais especificamente linguística” da lexicografia portuguesa do século XIX. O manuscrito de Domingos Vieira foi retomado, concluído e preparado para publicação por um conjunto de colaboradores, quase vinte anos após a sua morte.

⁵ Cândido de Figueiredo (1846-1925) era português, mas o seu dicionário foi amplamente usado no Brasil.

⁶ Polonês, Chernoviz formou-se em Medicina na França. Imigrou para Brasil em meados do século XIX, onde publicou manuais de medicina para diferentes públicos.

baseados apenas na escrita), eles produzem, ativamente, na sociedade, “um discurso e um imaginário lingüístico” (Nunes, 2008, p. 92). Segundo o autor, para analisá-los, é preciso sempre inscrevê-los em sua historicidade e outras dimensões, como obras, autores, instituições, acontecimentos e teorias, devem ser, necessariamente, consideradas (Nunes, 2008).

Do indivíduo ao social; da população em geral a grupos específicos: as definições das palavras analfabeto e analfabetismo ao longo do século XIX

As palavras analfabeto e analfabetismo foram dicionarizadas pela primeira vez em língua portuguesa, em 1813 e em 1899⁷, respectivamente, por Moraes Silva e Cândido de Figueiredo. Nas edições de dicionários do século XVIII consultadas (Academia [...], 1793; Bacellar, 1783; Bluteau, 1712, 1789), os verbetes estão ausentes.

Em 1813, 1823 e 1831, analfabeto é definido exatamente do mesmo modo no dicionário de Moraes Silva: “ANALFABÉTO, ou ANALPHABÉTO, s. m. O ignorante até das Letras do A, B, C.” (Moraes Silva, 1813a, p. 128; 1823a, p. 136; 1831a, p. 119). Outros dicionários publicados em períodos próximos trazem definições idênticas (Faria, 1849, v. 1, p. 126) ou semelhantes, com algumas pequenas diferenças: “abecedario” em lugar de letras do a, b, c (Anônimo, 1835) e a ausência do advérbio “até”, como em Fonseca (1843, p. 94) – “o que ignora o *a, b, c.*”

O significado da palavra, portanto, desde o momento em que é dicionarizada, é marcado pelo signo da ausência, da falta. O prefixo de negação – “an” – indica que os sujeitos que a portam são caracterizados pelo não saber: não saber o alfabeto, mas também “todo o resto”, como explica Mariza Silva (1996, 2015), por meio da análise, entre outros recursos lingüísticos, do advérbio “até” – “ignorante *até* das letras”. Ignorância é definida, nas três edições do dicionário citadas, de modo semelhante, como “Falta de noções, noticia, conhecimento” e também como imperícia (Moraes Silva, 1813b, p. 128). O ignorante era, portanto, “imperito”, “não sabedor” (Moraes Silva, 1813b, p. 128). Quando consultamos o verbete “letra”, além das definições

⁷ Podemos afirmar com relativa segurança essas duas datas inaugurais, na medida em que Frei Domingos Vieira (1872) indica que o verbete “analfabeto” foi coligido pela primeira vez por Moraes Silva, informação diferente da que se encontra no dicionário contemporâneo Houaiss (2001), que afirma, por sua vez, que ele teria sido registrado inicialmente pelo dicionário da Academia Real das Ciências de Lisboa (1793). Essa afirmação, no entanto, não procede, como podemos constatar por meio da análise do referido impresso. Agradeço a Telmo Verdelho, da Universidade de Aveiro, Portugal, as informações que nos deu e a troca de ideias que tivemos sobre essas questões. Em relação ao verbete “analfabetismo”, a própria edição de 1899 do dicionário de Cândido de Figueiredo traz a indicação de que era a primeira vez que ele aparecia dicionarizado em língua portuguesa (Figueiredo, 1899), informação confirmada por Houaiss (2001).

literais, encontramos outros significados que podem nos ajudar na análise do nosso objeto: letra também era sinônimo de diploma, e a expressão “*Saber muita letra*” significava “saber viver, no famil. saber manhas, ser vivo, artiloso” (Moraes Silva, 1813b, p. 216). Há, portanto, uma associação sutil, por oposição, entre ignorar as letras e saber viver espertamente.

Em 1858⁸, definição que se repete em 1877, novos elementos são acrescentados ao conteúdo anterior do verbete, pois Moraes Silva assim o apresenta: “ANALPHABÉTO, (ort.etym.), ou ANALFABÉTO, s.m. O idiota, ignorante de letras, que não sabe nem o a, b, c. *B. Flor. 5. p. 321.* “Herodes, o *analfabeto*” (Moraes Silva, 1858a, p. 142; Moraes Silva, 1877a, p. 121). Vê-se, aqui, portanto, o acréscimo de uma frase como exemplo de uso: Herodes é o personagem escolhido para ser associado ao analfabeto. O “até” é substituído pelo também advérbio “nem”, mantendo-se o mesmo sentido anterior. Por fim – e talvez seja a mudança mais importante –, é acrescido um sinônimo para a palavra: o analfabeto, além de ser definido como alguém que ignora as letras, é “idiota”. Também na edição de 1858, Moraes Silva (1858b) assim define idiota: “Ignorante, inculto; sem estudos, letras, nem instrução ainda leve, e ordinária” (Moraes Silva, 1858b, p. 160). A associação à palavra idiota vincula, portanto, o analfabeto à ausência de estudos e de instrução básica.

No entanto, a palavra idiota também começava, no período, a ser identificada à esfera médica e, especificamente, àquelas pessoas que, contemporaneamente, são designadas como portadoras de deficiência intelectual. Na edição de 1851 do dicionário de Chernoviz, muito popular no período no Brasil (Guimarães, 2005), há um longo verbete dedicado ao termo e ao “idiotismo”, texto que se repete, com pequenas modificações, na edição de 1890 (Chernoviz, 1890). Para o autor, os “idiotas são entes privados mais ou menos completamente da intelligencia desde a mais tenra idade.” (Chernoviz, 1851, p. 425). Haveria, então, gradações e variedades entre os indivíduos que possuíam a moléstia do idiotismo, desde aqueles que tinham uma vida quase vegetativa e cuja linguagem se resumia a gestos e gritos até os denominados imbecis, que tinham algumas faculdades intelectuais e a linguagem razoavelmente desenvolvida. O autor assim se refere a esses últimos:

observão-se nelles algumas idéas, um uso limitado da palavra, um pouco de memoria e certas acções razoaveis. Conhecem o valor do dinheiro e sabem o seu uso, procurão a reunião dos sexos, sabem vestir-se, prover ás suas necessidades. Mas **não se lhes pôde ensinar a ler nem a escrever**. Muitos são inclinados ao roubo e mui

⁸ Na edição de 1844 (Moraes Silva, 1844), por razões que ainda não compreendemos, não existe o verbete “analphabeto/analfabeto”. No único exemplar que localizamos, na Academia das Ciências de Lisboa, há anotações manuscritas ao longo das páginas, entre as quais uma em que se escrevia: “ANALFABETO, adj. Pessoa páo e nercia, que nem sabe o A, B, C. [ilegível] Seabra. Propried. pg 220.” No entanto, a instituição não soube informar a quem teria pertencido o referido exemplar.

astutos, o que faz com que se lhes supponha maior intelligencia do que na realidade possuem (Chernoviz, 1851, p. 428, grifos nossos).

A educação dos imbecis poderia, assim, desenvolver “até certo ponto as faculdades intellectuales”, fazendo com que adquirissem “um pequeno numero de conhecimentos” tornando-os afeiçoados ao “costume do trabalho” (Chernoviz, 1851, p. 428); no entanto, não poderiam ser ensinados a ler e a escrever. Depois, o autor afirma, mais uma vez, que os imbecis poderiam ser instruídos em muitos trabalhos “faceis e muitos deveres sociaes”, podendo-se, até certo ponto, “multiplicar seus conhecimentos” e “aperfeiçoar sua linguagem” (Chernoviz, 1851, p. 431).

Entre os dois extremos de idiotismo, situavam-se alguns indivíduos, entre os quais algumas moças “mui inclinadas aos prazeres do amor, que distinguem mui bem os sexos, mostram muita satisfação quando vêm homens, poem muita affectação no seu modo de trajar, e são mui loureiras nas suas maneiras.” (Chernoviz, 1851, p. 427). Chama a atenção, aqui, a associação entre a falta de inteligência e os instintos sexuais, que se revelará também em outros momentos. Chernoviz afirma, por exemplo, que, de modo geral, os idiotas “tem um desalinho nojento e entregão-se frequentemente á masturbação. São sujeitos a acessos de colera e até de furor mui perigosos.” (Chernoviz, 1851, p. 428). Indica, ainda, que é “preciso exercer uma vigilancia particular sobre os doentes para impedir que se entreguem ao onanismo” (Chernoviz, 1851, p. 430). Mesmo em relação aos “imbecis”, o autor enuncia que “Alguns são maliciosos e até perigosos; devem ser vigiados: se são pobres, é de costume serem encerrados nos hospícios. Há exemplos de imbecis que servirão de instrumento a actos reprehensiveis e até a crimes” (Chernoviz, 1851, p. 429).

Observa-se, assim, que, independentemente do grau de idiotismo, são construídas associações entre a capacidade limitada de linguagem e de memória e a realização de ações e trabalhos simples, a propensão ao roubo, a crimes⁹, aos ataques de cólera, aos instintos sexuais e a impossibilidade da aprendizagem da leitura e da escrita. Como foi possível verificar também em matérias publicadas na imprensa, a aquisição do ler e do escrever apresentava-se, assim, como uma tecnologia civilizatória, em oposição à barbárie, à criminalidade e ao não controle das pulsões primitivas (Galvão, 2022; Galvão; Alvarenga, 2019).

Em 1872, desta vez no dicionário de Frei Domingos Vieira, também considerado um dos mais importantes da história da lexicografia de língua portuguesa, novos significados, sinônimos e exemplos de uso são acrescentados ao verbete “analfabeto”,

⁹ A relação entre criminalidade e analfabetismo foi objeto do estudo pioneiro de Harvey Graff (1991 [1979]), que mostrou, por meio da análise de registros de uma prisão no Canadá, que, ao contrário do discurso corrente no século XIX em vários países do mundo, o domínio da leitura e da escrita era secundário em relação a outras variáveis, como sexo e classe social, na prática de crimes. Foi com base no referido estudo que o autor cunhou a expressão “mito do alfabetismo”.

os quais, como veremos, serão, parcialmente, incorporados à edição de 1890 de Moraes Silva:

ANALPHABÉTO, *s. m.* (Do grego *a*, sem, *n* euphônico, e *alpha-beta*, as duas primeiras letras do alfabeto grego, ou o próprio alfabeto.) O que ignora os primeiros rudimentos das letras; ignorantão que aborrece o trabalho de instruir-se, que tem aversão aos livros; estúpido, boçal, bronco. – “*Herodes*, o analfabeto.” Bernardes, Floresta, Tom. v, p.331. = Recolhido pela primeira vez por Moraes (Vieira, 1872, p. 399).

No mesmo volume, Vieira define ABC, entre outros significados, como as primeiras três letras do alfabeto, que, “por uma synecdoche natural, exprimindo a parte pelo todo, servem para designal-o. – ‘*Por abc entende-se os principios mais elementares de qualquer cousa.*” (Vieira, 1872, p. 17). Em direção semelhante, o verbete “rudimentos” indica que se trata de “Elementos, ensaios, principios de arte ou sciencia.” (Vieira, 1874, p. 350).

O autor opta por usar não apenas a palavra “ignorante” para designar o analfabeto, mas o seu aumentativo, “ignorantão”, por ele assim definido e exemplificado: “Augmentativo de Ignorante. – “O padre Alexandre de Gusmão expurgou a *Arte de Amar* de Ovidio. E procurando o padre Vieira n’ella um verso, ao vêr as emendas, exclamou: “Que idiota! que ignorantão! que bebado!” Bispo do Grão Pará, Memórias, pag. 148.” (Vieira, 1873, p. 1010). No exemplo trazido, recorre-se também às palavras idiota e bêbado, associando-se, uma vez mais, a ignorância à ausência de racionalidade e ao não controle das pulsões.

Essas relações são reiteradas quando se analisa o novo sinônimo acrescentado ao termo. Estúpido é definido, no mesmo dicionário, como “atacado de estupôr”, ou seja, é remetido à ideia de espanto, surpresa, letargia e imobilidade, mas, como o próprio autor afirma, por extensão, diz-se de “um espirito pesado, grosseiro”. Em um dos exemplos de uso trazidos, retirado do livro *Portugal Medico*, de Braz Luiz d’Abreu, afirma-se que “Naõ apparece nelles [os letárgicos] nenhum signal de rasaõ; a imaginaçãõ, ou se deminue, ou se deprava; estaõ totalmente ignorantes, estupidos, e insensatos; chamados a altas vozes naõ respondem [...]” (Vieira, 1873, p. 464). A insensatez é reafirmada no verbete “estupidez”, quando é descrita como “falta de discernimento” (Vieira, 1873, p. 464). A ideia de ser (ou não ser capaz) de discernimento era, no período, central no debate sobre a interdição do voto do analfabeto, ocorrido no Brasil principalmente após a “fala do trono”, proferida por D. Pedro II, em 1878, quando propõe nova reforma eleitoral, que culminará na Lei Saraiva (1881). Entre os discursos ocorridos no parlamento, destacamos um trecho daquele pronunciado, em 01/06/1880, pelo deputado Saldanha Marinho, pernambucano, maçom e signatário do manifesto republicano, que era contra a exclusão

dos analfabetos do direito de votar. O argumento dele gira, exatamente, em torno da ideia do discernimento:

O poder marital, o pátrio poder, a faculdade de testar são direitos elevados a importantíssimas prerrogativas; para isso é indispensável maior soma de critério, de boa fé e de sinceridade e ainda ninguém se lembrou de excluir dos respectivos exercícios os que não sabem ler e escrever. Porque, pois, a lei política há de excluir a presunção geral de discernimento em que se funda a lei civil? O chefe de família tem interesses muitas vezes complicados a dirigir, e a lei o reconhece capaz; tem grandes deveres morais a cumprir, deveres de proteção à mulher, deveres de autoridade e de educação para com os filhos e a lei reconhece o analfabeto capaz de os desempenhar; e entretanto é a esse mesmo homem que a lei política nega o discernimento preciso para escolher um candidato entre os mais honrados, inteligentes e de melhor conceito!” (Marinho, 1880, p. 3)¹⁰.

Gostaríamos ainda de analisar, mais detidamente, os outros dois sinônimos que passam a compor o vocábulo analfabeto, no dicionário de Frei Domingos Vieira: “boçal” e “bronco”.¹¹ “Boçal” é definido, no mesmo dicionário, como “estupido e grosseiro” e que “não tem ainda experiencia nem trato, singelo, sem arte nem malícia” (Vieira, 1872, p. 781). Há, entretanto, outras definições: “Que não falla ainda a lingua do paiz estrangeiro em que se acha; diz-se em geral dos pretos. – Não ensinado, não adestrado no exercicio para que é destinado; diz-se fallando dos animaes.” (Vieira, 1872, p. 781). “Boçal” é, ainda, definido como um “Termo de manejo. Uma das peças do arreo do cavallo, a que chamam focinheira; é a correia que fica sobre o focinho do cavallo, e o mesmo é a corda do cabestro.” (Vieira, 1872, p. 781). Inaugura-se, na esfera da linguagem legitimada dos dicionários, as associações entre povos africanos e animalidade, ausência de domínio da língua,¹².

Os animais também aparecem no verbete “brónco” do mesmo dicionário, descrevendo aqueles que são defeituosos e mal feitos, assim como os metais quebradiços e os instrumentos de música e as vozes que têm “som desagradavel e aspero”. De modo geral (é a primeira definição apresentada), “bronco” significa “Tosco, grosseiro,

¹⁰ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=analfabeto&pagfis=999

¹¹ Os dois sinônimos também estão presentes no verbete do dicionário de José de Lacerda, publicado em seguida: “**ANALFABÉTO** ou **ANALPHABETO**, *s. m.* o que é ignorante até das letras do ABC; estúpido, boçal.” (Lacerda, 1874, p. 204).

¹² Essas associações foram, especificamente, objeto de análise em Galvão (2022), com base em matérias publicadas nos jornais brasileiros na década de 1850.

aspero, escabroso, inculto, que ainda não foi desbastado”, mas, também, “figuradamente”, “Rude, inurbano; diz-se de quem é de genio e de trato aspero.” (Vieira, 1872, p. 826). Aqui, mais uma associação é inaugurada: entre aqueles que não sabem ler e escrever e os habitantes da zona rural, considerados toscos, grosseiros e ásperos.

Como referido, na edição de 1878 de Moraes Silva, o verbete “analfabeto” não difere daquele publicado em 1858. É somente na edição de 1890 e, portanto, já no período republicano brasileiro, que novo léxico associado é acrescentado ao verbete, além da definição propriamente dita: “ANALPHABÉTO, (ort.etym.), ou ANALFABÉTO, s.m. Pessoa que não conhece o alfabeto, que não sabe lêr nem escrever, que não sabe o a, b, c. B. Flor, 5, p. 321, << Herodes, o analfabeto >>. § Também adj.: homem analphabeto. § Muito ignorante, rude, estúpido, boçal.” (Moraes Silva, 1890, p. 470). Em relação à definição, vê-se que o dicionário passa a registrar, de forma direta, aquela que já encontramos com regularidade na imprensa, principalmente a partir dos anos de 1870, se estabilizaria nas décadas seguintes e se estende até os dias atuais: pessoa que não sabe ler nem escrever¹³. Além de substantivo, como ocorria nas definições anteriores, analfabeto também passa a ser classificado como adjetivo.

No que se refere aos sinônimos que a edição passa a associar ao termo analfabeto, Moraes Silva parece ter se baseado no dicionário de Frei Domingos Vieira (1872), pois são bastante semelhantes. Em lugar de “bronco”, Moraes Silva (1891, p. 747) opta por “rude”, definido como “Tosco, grosseiro; não polido, não cultivado”. Em um dos exemplos do verbete, o autor cita a expressão “*rude frauta*”, que seria o mesmo que “rude flauta”, mas utilizada pelos “rusticos”. No sentido figurativo, segundo o mesmo autor, rude seria “Estylo humilde do poeta pastoril” (Moraes Silva, 1891, p. 747). A relação com os habitantes da zona rural fica ainda mais evidente quando consultamos o verbete rústico, que era apresentado como “Relativo ou pertencente ao campo; camponez. § Proprio do campo; conforme aos usos do campo; campestre, rural [...] § Diz-se da gente do campo: *homem rustico*. § (fig.) Inurbano, descortez, grosseiro. § Tosco, grosseiro, inculto; sem arte [...]; § – s.m. Homem do campo; camponez.” (Moraes Silva, 1891, p. 750).

O verbete “boçal”, em Moraes Silva (1890) difere-se, apenas em um aspecto, daquele de Vieira, pois a palavra “ladinos” é acrescentada: “Diz-se em geral dos pretos, oppondo-se aos ladinos” (Moraes Silva, 1890, p. 345). Os ladinos, como mostram os estudos sobre história da escravidão no Brasil, eram os escravizados

¹³ É interessante observar que a palavra *illiterate*, no dicionário bilingue de Lacerda, publicado em 1866, já remete a alguém que não sabe ler e à ausência de instrução, inclusive em uma perspectiva coletiva: “ILLITERATE (il-lit’-er-ête), *adj.* Ignorante, que não sabe, que não aprendeu, que não sabe ler. *An – nation*, nação pouco instruída, falta de instrução.” (Lacerda, 1866, p. 554).

“social e culturalmente adaptados” (Paiva, 2018, p. 95).¹⁴ Como exemplifica o próprio Moraes Silva (1891) na mesma edição, “*escravo ladino*” é o que “já sabe a língua, e o serviço ordinario da casa.” (1891, p. 236), visto que “ladino” era uma corruptela de “latino”, que seria o latim puro, sem estar misturado com o árabe. Em sentido figurado, ladino é, então, “não rude; esperto, vivo, astuto, finório, espertalhão.” (1891, p. 236). O analfabeto, agora também definido como alguém que não sabe ler nem escrever, é, assim, mais uma vez, identificado ao rude e, por oposição, ao esperto, ao astuto e àquele que, mesmo sendo escravizado, aprendeu a língua do país e outros afazeres próprios do seu ofício.

A análise aqui realizada sobre o verbete “analfabeto” nos leva a algumas conclusões parciais. O significado atribuído à palavra, que se estabilizaria principalmente a partir do século XX – não saber ler nem escrever –, somente aparece explicitamente nos dicionários no final dos Oitocentos. Sobressaem-se, nas edições consultadas, outros significados, vinculados ao *até* ou ao *nem* – ignorante *até* das letras ou aquele que não sabe *nem* o ABC –, como já havia analisado Marisa Silva (2015). Esse mesmo grande sentido é o mais frequente na imprensa, que designa, na maior parte das vezes, o analfabeto como alguém incompetente e imoral (Galvão; Chagas, 2017). Aos poucos, principalmente a partir dos anos 1870, torna-se predominante a relação estabelecida entre o vocábulo analfabeto e a esfera da instrução: multiplicam-se as matérias sobre a necessidade de ensinar a população a ler e a escrever e a necessidade de expansão da instrução pública. Há, então, nesse processo, um deslocamento da esfera política (dos debates em torno da competência e/ou incompetência para ocupar cargos públicos) para a esfera propriamente educacional e da cidadania, relacionando-se ao ensino obrigatório e à frequência escolar. Outra conclusão parcial da análise realizada diz respeito ao direcionamento, explícito ou implícito, da palavra “analfabeto”: aos poucos, os dicionários a associam a grupos específicos – populações negras, camponesas e com deficiência intelectual. Por fim, destacamos que o indivíduo é o grande destinatário do termo: não se observa, nos verbetes analisados, a ideia de que se trata de algo em escala societal.

Esse deslocamento do individual para o social é também expresso na tardia emergência do verbete “analfabetismo” em dicionários de língua portuguesa: somente em 1899, Cândido de Figueiredo o incorpora, quando publicou a primeira edição do *Novo dicionário de Língua Portuguesa*. “Analphabetismo” é assim definido: “Falta de instrução, qualidade do que é analfabeto” (Figueiredo, 1899, p. 84)¹⁵.

¹⁴ Para uma discussão sobre papel do domínio da “língua brasileira” no tráfico de escravizados, ver Almeida (2012).

¹⁵ É interessante observar que o verbete *illiteracy* é registrado mais de 30 anos antes, no dicionário Inglês-Português, de José de Lacerda. Dada a inexistência do substantivo em português, o autor assim o apresenta: “ILLITERACY (il-lit’-er-a-ci), s. falta de instrução, ignorancia, falta de sabedoria, insciencia. *The work swarms with inexcusable blunders and illiteracies*, a obra está cheia de erros e de ignorancias imperdoáveis.” (Lacerda, 1866, p. 554).

O verbete é exatamente o mesmo na segunda edição do dicionário, publicada em 1913 (Figueiredo, 1913, p. 119). Vê-se, portanto, que, ao ser dicionarizada, a palavra já apresenta o significado que foi consagrado ao longo das décadas seguintes, embora, se analisado isoladamente, não remeta o analfabetismo a um problema social. A análise da imprensa pode auxiliar a compreender melhor essa passagem. Se, por um lado, localizamos cerca de 3.300 ocorrências relativas ao termo analfabeto(a)s/analphabeto(a)s na Hemeroteca da Biblioteca Nacional¹⁶ em impressos publicados entre 1822 e 1889 no Brasil, foram encontradas apenas 65 ocorrências para a palavra “analfabetismo/analphabetismo”, a maior parte delas depois de 1880. Antes disso – o termo foi utilizado pela primeira vez em 1824 –, grande parte das ocorrências refere-se à característica de um único indivíduo, como no trecho seguinte, que reproduz parte do discurso do deputado Izidro de Miranda, em uma sessão da assembleia provincial de Pernambuco, de 13 de maio de 1861:

O Sr. Miranda: — Elle não é um homem illustrado é verdade, não está mesmo a por de processo criminal, talvez não despache nos autos mais volumosos e complicados por si, talvez seja accessoriado, mas so isto é o que constitui o alphabetismo, então posso dizer, posso mesmo assegurar ao meu colega, que poucos serão os delegados e subdelegados da provincia que não sejam analfabetos, quando assim fallo, salvo as honrosas excepções...(Miranda, 1861, p. 2)¹⁷.

A partir dos anos 1880, o analfabetismo passa a adquirir, mais fortemente, o sentido de problema social. Na matéria a seguir, publicada no *Diário de Pernambuco*, em 28/10/1880, é possível analisar de que modo o analfabetismo passa a ser retratado a partir das décadas finais dos Oitocentos. Trata-se do relato da inauguração de uma escola noturna para adultos, no povoado de Alagoinha, Pernambuco – uma verdadeira festividade, com o pronunciamento de vários discursos. O jornal publicou integralmente a fala do professor Juvinião José Simões, responsável pela escola, do qual destaco, abaixo, alguns trechos:

Hoje que mais uma porta se abre dando ingresso a quem procura aprender o meio de decifrar o conteúdo nas paginas de um livro, esse bem tão util e mais que nunca necessario á vida do homem, sinto meu coração regojisar-se de prazer, desse prazer que emana do progresso da instrucção, principio fundamental da vida das nações, que o procuram diffundir em grande escala, luz que illumina o caminho da civilisação, porquanto reconheço que, tendo sido o

¹⁶ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

¹⁷ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04&pesq=analphabetismo.

meu pensamento abraçado por vós, mais tarde havemos de colher os seus beneficos resultados.

Neste seculo das luzes [...] é também necessário que vós, habitantes dos sertões, não fiquem de todo ignorando o que vai de grande e importante por este mundo, illuminando a vossa intelligência com alguns conhecimentos primarios que são o alicerce solido em que assentam as sciencias e as artes. [...]

E o que é o homem analphabeto perante essa sociedade, que caminha compassos agigantados na senda do progresso? Como não se deve julgar envergonhado quem perante ella tiver necessidade de escrever o seu nome e não o souber? E para quem haveis de confiar o vosso segredo a outrem, se tendes o remedio em vossas mãos?

Se por motivos justos ou injustos ficastes até hoje sem o conhecimento ao menos do A B C, tendes agora occasião favoravel de rasgar este véo espesso, que vos envolve, dependendo somente de algum esforço de vossa parte. Se assim o quizerdes, vos prometto que em breve ficareis conhecedores dos primeiros rudimentos da instrucção, sahindo do analphabetismo em que muitos de vós jazeis.

E demais, quem não souber ler e escrever não tardará ficar privado do mais sagrado dos seus direitos, desse direito conferido pela nossa constituição politica de escolher os seus representantes; porque depende das camaras o projecto de reforma eleitoral, que exclue o homem naquelas condições de tomar parte nos comicios eleitoraes.

Além disto são sempre desfavoraveis as consequencias da ignorancia; homens ha cuja consciencia não recua diante da bôa fé de seus semelhantes, que se aproveitam della para satisfazerem as suas intenções ignobeis e acobertarem os seus máos procedimentos. [...] tambem é pela leitura dos bons livros que o homem torna-se conhecedor do papel que representa, dos deveres que tem a cumprir, já educando convenientemente a sua familia, já refreando as suas paixões e desvarios, tornando-se assim mais honesto, justo e moralisado. [...] (Simões, 1880, p. 3)¹⁸.

Essa matéria, que nos aproxima do cotidiano daquelas décadas finais dos Oitocentos, mostra-nos, concretamente, como algumas ideias relativas ao analfabeto e ao analfabetismo já haviam se disseminado amplamente pelo Brasil. No discurso do professor Simões, é possível visualizar, por um lado, que o ler e o escrever estão diretamente associados ao progresso das nações, à civilização, às luzes, à instrução

¹⁸ Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_06&cpasta=ano%20188&pesq=%22alagoinha%22&pagfis=1989

pública, às ciências, às artes, à honestidade, à moralidade, à autonomia e aos direitos políticos (afinal, a reforma eleitoral estava sendo, naquele momento, discutida). Por outro lado, o professor estabelece relações entre o analfabeto e o analfabetismo e a vergonha, o véu espesso, a ignorância, a ingenuidade, as paixões e desvarios, os adultos e ainda os habitantes do sertão.

Essas ideias seriam repetidas muitas vezes depois, como é possível constatar por meio da análise dos textos publicados na imprensa nas décadas seguintes. O vocabulário usado para descrever o analfabetismo foi ficando, ao longo do período, cada vez mais próximo do que descreveríamos, contemporaneamente, como um grave problema social. Se nas décadas iniciais do século XIX era esporádico o uso de algumas expressões para caracterizá-lo, principalmente a partir dos anos 1870 e 1880, elas se tornaram recorrentes, como as seguintes, retiradas dos periódicos analisados: desgraça, crime coletivo, coisa horrível, estado rústico, funesto, vagabundagem, vício, relações depravadas, cérebros atrofiados, barbárie, princípio maléfico e pernicioso, pátria enlutada e atrasada, crepúsculo, embrutecimento intelectual do país, trevas, deplorável cegueira, castelo negro, morte do caráter de um povo, drama imoral, vergonha, monstro que oprime e subjuga, sombria estatística, calamidade, “cancro que corrói a sociedade brasileira”, maior inimigo da sociedade, trevas da ignorância, estado de embrutecimento intelectual, lodaçal da ignorância e do erro, desgraçado estado do país, naufrágio da ignorância, prejuízo à nação, um dos males que afligem a província, atraso, vadiagem, preguiça, apatia. Além disso, começam a se tornar recorrentes expressões que soam familiares aos ouvidos contemporâneos, como “extinção do analfabetismo”, “cruzada para debelar o analfabetismo”, “dissipar o analfabetismo”, “extinguir o mal”, “varrer o analfabetismo”. Como seu oposto, aparecem, cada vez mais, termos como ilustração, progresso, civilização, prosperidade, cidadãos, ciência, patriotismo. Torna-se também mais recorrente a comparação com outros países, considerados “civilizados”.

O analfabeto como incapaz e o analfabetismo como problema social: algumas hipóteses

Os resultados da pesquisa indicam, assim, que a ideia do analfabetismo como um problema social é praticamente inexistente nos dicionários (e na imprensa) da primeira metade do século XIX e se torna hegemônica nas décadas finais do mesmo século. Mas, quais seriam os motivos para que isso ocorresse? Traçamos, a seguir, brevemente, algumas hipóteses.

Há, durante o período analisado, um crescimento das demandas em torno da palavra escrita. O aumento dos núcleos urbanos e das camadas médias e a diversificação das ocupações econômicas tornam a leitura e a escrita necessárias à sobrevivência de uma parcela maior da população. As transformações ocorridas no mundo do trabalho atingem desde as camadas médias, ocupadas nos serviços e

na burocracia estatal, até os escravizados, principalmente aqueles a ganho e os pertencentes a ordens religiosas (Bergamini, 2017; Peres, 2020; Wissenbach, 2002). A imprensa, implantada no país definitivamente a partir de 1808, também se diversifica e se dissemina, com a multiplicação das tipografias, entre as diferentes províncias, atingindo públicos distintos, como as mulheres e os “homens de cor” (Pinto, 2006). Escritas “ordinárias”, como abaixo-assinados, manifestos e proclamações, passam a ser mobilizadas com maior frequência por parte da população e também nos diferentes movimentos, revoluções, insurreições, revoltas (Reis, 2003; Viana; Ribeiro Neto; Gomes, 2019). Assiste-se, ainda, a um crescimento da justiça, com a proliferação de processos e ações, baseados na palavra escrita. A própria carta de alforria, por ser o único documento (escrito) que impedia a reescravização da população negra, é simbólica nesse sentido (Barros, 2017). Destaca-se, ainda, o papel da legislação na construção do Estado Imperial e da literatura na conformação de uma suposta identidade brasileira.

Nessa mesma direção, é ao longo do século XIX que se observa um crescimento de formas de sociabilidades em torno do escrito, com a criação de bibliotecas públicas e de acesso público, sociedades, grêmios e gabinetes literários, associações filantrópicas, clubes abolicionistas e republicanos, lojas maçônicas, irmandades religiosas, sociedades profissionais e de auxílio mútuo, livrarias, teatros, institutos arqueológicos e históricos (Alonso, 2015; Luz, 2013, 2014; Mc Cord, 2013; Peres, 2002). São, portanto, instâncias de sociabilidade fundadas no escrito, o que as torna substancialmente diferentes daquelas cujas bases se davam em torno da oralidade.

Há também, ao longo do período, um crescimento dos espaços de instrução e de educação em vários âmbitos – público, particular, doméstico. Mesmo considerando que estudos hoje realizados no campo da História da Educação mostrem que a América Portuguesa não era um vazio educacional (Fonseca; Santos, 2020), é principalmente no Império que se tem um aumento da oferta da educação em vários níveis – ensino de primeiras letras, ensino secundário, ensino superior, ensino profissional, ensino normal – e a produção de um discurso sobre a necessidade da instrução pública. Podemos dizer que é no século XIX que se inventa a escola no Brasil, que precisou lutar, principalmente com instâncias como a família, para se constituir como principal e legítimo espaço de educação das novas gerações¹⁹. Nas décadas finais do século XIX, também a criança pequena é considerada passível de ser educada em espaços institucionais, com a criação dos jardins de infância.

A educação das classes populares passa a ser vista como um modo de regeneração social. Para elas, consideradas em vários discursos como classes perigosas, era

¹⁹ Há uma vasta bibliografia sobre a educação no período Imperial. Para uma síntese, ver, entre outros, Gondra e Schuler (2008), Veiga (2007) e Faria Filho (2000).

preciso ofertar educação moral, rudimentos de instrução e formação profissional²⁰. Principalmente após 1871, com a Lei do Ventre Livre, foi criado um conjunto de instituições, em diversas províncias, para pobres e órfãos (Arantes, 2005). A partir de meados do século, passou a haver também, em nível central, uma política de educação para os indígenas, por meio do Regulamento Geral das Missões, de 1845, que previa a criação de escolas de primeiras letras – ler, escrever e contar – nos aldeamentos existentes nas províncias do Império, para meninos e adultos. Observa-se, também, principalmente a partir dos anos 1860, um crescimento da oferta de aulas para adultos, tanto por iniciativa oficial quanto por ações da indústria e de entidades filantrópicas. Para os órfãos, desvalidos e “deficientes”, também foram criadas instituições como os arsenais da marinha e do exército, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto dos Surdos-Mudos (1857).

Há, ainda, a discussão e a implementação de ações visando à formação de professores e à profissionalização da docência, com o estabelecimento de concursos públicos e a criação de escolas normais, principalmente na segunda metade do século XIX, em diferentes províncias (Araújo; Freitas; Lopes, 2008). Proliferaram-se associações e conferências pedagógicas com o objetivo de sanar problemas reiteradamente repetidos: professores mal preparados e recebendo baixos salários, prédios escolares improvisados, fiscalização precária, materiais insuficientes, necessidade do estabelecimento da obrigatoriedade escolar²¹, baixa frequência, “negligência” dos pais, proibição/permanência de castigos físicos.

Todas essas iniciativas, embora não tenham originado resultados quantitativos significativos (no final do Império, poucas eram as escolas existentes, pequena era a frequência escolar e o índice de analfabetismo era de cerca de 80% da população), produziram e disseminaram um forte discurso de que a escola era uma instituição imprescindível para ensinar as pessoas a ler e a escrever e fazer o Brasil alcançar patamares civilizatórios (Faria Filho, 2000).

Outra hipótese plausível para a compreensão da emergência da ideia do analfabetismo como problema social nas últimas décadas do Império diz respeito à questão das reformas eleitorais. Como já afirmava José Honório Rodrigues (1965), o direito de voto se constituiu, até os anos 1880, com base em algumas exclusões, como renda; condição jurídica – escravizados não votavam; sexo – as mulheres estavam excluídas;

²⁰ Em relação à educação das populações negras, ver, entre outros, Mac Cord, Moreira e Gomes (2017); Silva (2000); Fonseca e Barros (2016); Fonseca (2002).

²¹ Leis provinciais, ao longo do século, instituíram a obrigatoriedade da instrução escolar primária, como ocorreu, por exemplo, nas seguintes províncias: Minas Gerais (1835), Ceará (1836), Rio de Janeiro (1837), Mato Grosso (1837), Piauí e Pernambuco (1851), Pará (1851), Amazonas (1852), Corte (1854). O princípio da obrigatoriedade, pela sua ineficácia, foi constantemente reiterado nos projetos e reformas educacionais posteriores, em todo o Império. (Gondra; Schueler, 2008, p. 171).

religiosa – com a exclusão dos “acatólicos”; nacionalidade; idade, entre outras. Após esse período, inicialmente e, ainda indiretamente, com a lei Saraiva (1881) e depois com a Constituição republicana (1891), algumas dessas exclusões se mantiveram e outras foram modificadas: os “acatólicos”, por exemplo, passaram a poder votar e ser votados, e os analfabetos, que nunca haviam sido excluídos, passam a ser impedidos de votar. Foram muitas as reformas eleitorais que ocorreram ao longo do Império, mas foi somente nesse período – anos 1880 – que se excluiu quem não sabia ler e escrever do direito ao voto, o que resultou, ao lado de outros fatores, em uma redução drástica do eleitorado: de um milhão de votantes em 1872 para 100 mil eleitores em 1886, segundo José Murilo de Carvalho (2002), ou seja, 0,8% da população livre. Como referido, a partir da convocação de Pedro II para a reforma eleitoral que instituiria a eleição direta em um único turno, em 1878, observa-se um interessante debate entre os deputados e senadores que eram a favor ou contra a exclusão do voto dos analfabetos. A discussão girava em torno da capacidade/incapacidade daquele que não sabia ler e escrever. O discurso em torno da suposta falta de discernimento do analfabeto se tornaria hegemônico no século seguinte – estendendo-se, em alguns casos, até os nossos dias.

O momento da divulgação do Censo de 1872, em 1876, também pode ser considerado um importante marco na produção desse discurso. O primeiro censo nacional revelou que 82,3% da população brasileira era analfabeta, o que constituiu um verdadeiro escândalo entre os letrados. Em conhecido escrito de Machado de Assis²², é possível visualizar um pouco dos efeitos que a estatística, com sua suposta neutralidade e objetividade, provocou:

E por fallar neste animal [o burro, sobre o qual estava falando no tópico anterior], publicou-se ha dias o recenseamento do império, do qual se collige que 70% da nossa população não sabe ler.

Gosto dos algarismos porque não são de meias medidas nem de metaphoras. Elles dizem as cousas pelo seu nome, as vezes um nome feio, mas não havendo outro, não o escolhem. São sinceros, francos, ingênuos. As letras fizeram-se para phrases; o algarismo não tem phrases, nem rethorica.

[...]

A isto responderá o algarismo com a maior simplicidade.

— A nação não sabe ler. Ha só 30% dos individuos residentes neste paiz que podem ler; desses, uns 9% não leem letra de mão.

²² O autor assina com o pseudônimo de Manassés, como tantas vezes fez em suas crônicas publicadas na imprensa.

70% jaseem em profunda ignorancia. Não saber ler é ignorar o Sr. Meirelles Quelles; é não saber o que elle vale, o que elle pensa, porque elle quer; nem se realmente póde querer ou pensar. 70% de cidadãos votam do mesmo modo que respiram: sem saber porque nem o que. Votam como vão á festa da Penha, – por divertimento. A constituição é para elles uma cousa inteiramente desconhecida. Estão promptos para tudo: uma revolução ou um golpe de estado.

Replico eu:

— Mas, Sr. algarismo, creio que as instituições...

— As instituições existem, mas por e para 30% dos cidadãos. Proponho uma reforma no estylo politico. Não se deve dizer: “consultar a nação, representantes da nação, os poderes da nação”; mas – “consultar os 30%, representantes dos 30% poderes dos 30%. A opinião publica é uma metaphora sem base; ha só a opinião dos 30%. Um deputado que disser na camara: “Sr. Presidente, fallo deste modo porque os 30% nos ouvem...” dirá uma cousa extremamente sensata.

E eu não sei o que se possa dizer ao algarismo, se elle fallar deste modo, porque nós não temos base segura para os nossos discursos, e elle tem o recenceamento. [...]

(Manassés, 1876, p. 59)²³.

Destacamos, por fim, como hipótese explicativa para a produção da ideia de que o analfabeto era incapaz de tomar decisões de modo soberano e de que o analfabetismo era um problema social a influência dos países considerados “civilizados”. Como afirmam Gondra e Schueler (2008, p. 69), a “expressão ‘civilização’²⁴ tornou-se uma espécie de panacéia para legitimar ações que se afirmavam como meio de superação para os males e problemas sociais.” O domínio da leitura e da escrita, assim como, de modo mais amplo, a educação e a instrução passaram, aos poucos, a ser considerados

²³ Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx>

²⁴ Para uma interessante discussão do termo “civilização” e correlatos, entre os séculos XVI e início do XIX, em dicionários e vocabulários de língua portuguesa, cotejados com outras línguas, ver Lima (2012). Para uma discussão fundamental sobre as relações entre a colonialidade do poder, fundada na ideia de civilização e da razão europeias, e a produção da América Latina como lugar de sua ausência e da barbárie, ver Quijano (2019).

meios para que o Brasil alcançasse a civilização²⁵. Desse modo, como indica Nunes (2021), ao comentar o trabalho já citado de Mariza Silva (2015), em contraponto à análise que realiza dos verbetes do dicionário de Beaurepaire Rohan que expressam sujeitos “ineptos” e “habilidosos” no processo de construção do sujeito ideal da nacionalidade, enquanto “o ‘analfabeto’ apresenta algo a ‘erradicar’, o alfabetizado, o civilizado, busca escapar dessa condição de ‘bruto’.” (Nunes, 2021, p. 343).

Considerações finais

As diferentes edições dos dicionários analisadas mostram que novos significados foram acrescentados ao termo analfabeto ao longo dos anos, assim como sinônimos e exemplos de uso. Na primeira metade do século XIX, observa-se grande instabilidade de significados (embora pejorativos, desde o início), principalmente em relação à palavra “analfabeto”. A partir dos anos 1860 e, sobretudo, da década de 1870, observa-se uma maior estabilidade no sentido atribuído ao termo, que se desloca daquilo que está implícito no “até das letras” do dicionário para o “ignorante das letras”. A análise também indica que parece haver um deslocamento do indivíduo para o coletivo, de sujeitos particulares para um fenômeno social. O uso das duas expressões mostra que elas, inicialmente, mesmo no caso de analfabetismo, serviam para designar indivíduos, qualificando-os por sua suposta ignorância, incompetência e também por não saber assinar, ler, escrever ou falar corretamente. Aos poucos, os termos deslocam-se do indivíduo para o coletivo, tornando-se, indicadores de um problema social. Além disso, os vocábulos começam a ser associados a grupos específicos, como os negros, as populações rurais/sertanejas e as pessoas com deficiência. A ausência do domínio da escrita começa a identificar esses grupos com superstições, com instintos pouco domesticáveis, com a barbárie, ou seja, com o oposto da noção

²⁵ É interessante observar, como mostra Magda Soares (1998, p. 19), que vocábulos que expressam o domínio da leitura e da escrita – e não a sua ausência – tenham surgido somente nas décadas finais do século XX e sejam, em alguns casos, mesmo na contemporaneidade, pouco utilizados: “É significativo refletir sobre o fato de não ser de uso corrente a palavra *alfabetismo*, ‘estado ou qualidade de *alfabetizado*’, enquanto seu contrário, *analfabetismo*, ‘estado ou condição de *analfabeto*’, é termo familiar e de universal compreensão. O que surpreende é que o substantivo que *nega* – *analfabetismo* se forma com o prefixo grego *a(n)* –, que denota negação – seja de uso corrente na língua, enquanto o substantivo que *afirma* – *alfabetismo* – não seja usado. Da mesma forma, analfabeto, que *nega*, é também palavra corrente, mas nem mesmo temos um substantivo que *afirme* o seu contrário (já que *alfabetizado* nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem se apropriou da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam). A explicação não é difícil e ajuda a clarear o sentido de *alfabetismo*, ou *letramento*.” (grifos no original).

de civilização, baseada no controle e na auto-regulação dos impulsos e das emoções (Elias, 1994 [1939]).

Temos como hipótese que, na medida em que a ausência de domínio da leitura e da escrita deixou de ser uma realidade disseminada entre todas as camadas sociais e em todo o território nacional, as noções de “analfabeto” e de “analfabetismo” passaram a ser associadas, mais estreitamente, a grupos que, gradativamente, já eram ou passaram a ser excluídos dos jogos de poder, como as populações negra e campesina/sertaneja, as pessoas com deficiência e, mais tarde, as mulheres, os indígenas, os pobres e os demais grupos marginalizados. Também foi observado que os significados atribuídos às palavras aos poucos se estabilizam, sendo identificados, também gradualmente, à esfera da instrução pública.

Referências

- ALMEIDA, Marcos Abreu Leitão de. *Ladinos e boçais: o regime de línguas do contrabando de africanos (1831-c. 1850)*. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
- ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ARANTES, Adlene Silva. *O papel da colônia Orfanológica Isabel na educação e na definição dos destinos de meninos negros, brancos e índios na província de Pernambuco (1874-1889)*. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.
- ARAÚJO, José Carlos; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua (org.). *As Escolas Normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Alínea, 2008.
- BAKTHIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Ensaio escrito originalmente entre 1919 e 1974).
- BARROS, Surya Pombo de. *Universo letrado, educação e população negra na Parahyba do Norte (Século XIX)*. 2017. 306 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- BERGAMINI, Atilio. Escravos: escrita, leitura e liberdade. *Leitura: Teoria & Prática*, Campinas, v. 35, n. 71, p. 115-136, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Grafias no cotidiano: escrita e sociedade na História (séculos XVI a XX)*. Rio de Janeiro: EDUERJ; EDUFF, 2021.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 1 v. (Primeira edição: 1939).

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 135-150.

FERRARO, Alceu Ravello. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição de escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSEF, 2002.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Pombo de. (org.). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (org.). *Cultura e Educação na América Portuguesa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Analfabetismo, práticas de cura e população negra na imprensa brasileira na década de 1850. *Práxis Educacional*, v. 18, n. 49, e10768, 2022.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das culturas do escrito: tendências e possibilidades de pesquisa. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei (org.). *Cultura escrita e letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 218-248.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; ALVARENGA, Rodrigo Lessa. O popular e o científico como estratégias discursivas na construção do sujeito analfabeto em periódicos da primeira metade do século XIX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 10., 2019, Belém. *Anais...* Belém: Sociedade Brasileira de História da Educação; UFPA; UEPA, 2019. p.1941-1953.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; CHAGAS, Aline de Oliveira. A produção sócio-histórica da noção de analfabeto na imprensa brasileira (primeira metade do século XIX). In: IX CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. *Anais...* Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação. João Pessoa, 2017, p. 3738-3756.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; DI PIERRO, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabeto*. São Paulo: Cortez, 2007.

GARCIA, Dantielli Assumpção. Dois dicionários no Brasil do século XIX: uma língua brasileira ou uma mesma língua portuguesa? *Fragmentum*, n. 26, p. 13-28, jul./set. 2010.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAFF, Harvey J. *The literacy myth: cultural integration and social structure in the nineteenth century with a new introduction by the author*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1991. (Primeira edição: 1979).

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio/ago. 2005.

JULIO, Kelly Lislie. “Os têm tratado e educado”: as mulheres e suas ações para a manutenção da família e a educação de menores no termo de Vila Rica, MG (1770-1822). 2017. 341 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

LEÃO, Michele. *A participação de Rui Barbosa na reforma eleitoral que excluiu os analfabetos do direito de voto no Brasil*. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LIMA, Luís Felipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 66-81, jan./jun. 2012.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos Letrados: artífices negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013.

LUZ, Itacir Marques da. *Laços da diáspora: associacionismo e educabilidade entre a população negra em Pernambuco (1800-1850)*. 2014. 351 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LYONS, Martyn; MARQUILHAS, Rita (ed.). *Approaches to the History of Written Culture*. Palgrave Macmillan, 2017.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos. *Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017. p. 42-57.

MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo. Tradição lexicográfica portuguesa: Bluteau, Moraes e Vieira. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

NUNES, José Horta. O dicionário como observatório da subjetividade no final do século XIX: na província, no campo, na cidade. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, v. 24, n. 47, p. 323-346, jan./jun. 2021.

NUNES, José Horta. O discurso monumental na história das idéias linguísticas e o caso dos dicionários. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 81-100, 2008.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Dicionário da escravidão e da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 92-98.

PERES, Eliane. A aprendizagem da leitura e da escrita entre negras e negros escravizados no Brasil: as várias histórias dos “sem arquivos”. *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 1, p. 149-166, fev. 2020.

PERES, Eliane. *Templos de luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)*. Pelotas: Seiva, 2002.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

QUIJANO, Anibal. *Ensayos en torno a la colonialidad del poder*. Buenos Aires: Del Signo, 2019.

RACHI, Sílvia Vartuli. *Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial*. Belo Horizonte: Editora PUC MINAS, 2016.

RAMOS, Rui. Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*, v. 24, n. 103-104, p. 1067-1145, 1988.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. (Primeira edição: 1986).

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico do Brasil dos anos 20*. 1995. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. Brasília: Plano, 2000.

SILVA, Mariza Vieira da. *História da Alfabetização no Brasil: sentidos e sujeito da escolarização*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo Guimarães; ORLANDI, Eni Puccinelli. (org.). *Língua e cidadania: o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 151-162.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007.

VERDELHO, Telmo. Dicionários portugueses, breve história. In: VERDELHO, Telmo; SILVESTRE, João Paulo (org.). *Dicionarística Portuguesa: inventariação e estudo do património lexicográfico*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

VERDELHO, Telmo. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. In: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (org.). *História da língua e história da gramática – actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho, 2003. p. 473-490.

WISSENBACH, Maria Cristina. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 2, n. 2, supl. 4, p. 103-122, jul./dez. 2002.

Fontes

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS DE LISBOA. *Diccionario da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1793. t. I.

ANÔNIMO. *Novo Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1835.

BACELLAR, Bernardo de Lima e Melo. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.

BLUTEAU, Raphael. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. t. I.

BRASIL. *Leis, decretos e modelos relativos á última Reforma Eleitoral*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular*. 2. ed. Rio de Janeiro: Eduardo § Henrique Laemmert, 1851. 2 v.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Dicionário de Medicina Popular e das Sciencias Accessorias para uso das familias*. 6. ed. Paris: A. Roger § F. Chernoviz, 1890. 2 v.

FARIA, Eduardo de. *Novo Diccionario de Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1849. 1 v.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Nôvo Diccionário da Língua Portuguêsa*. Lisboa: Livraria Editôra Tavares Cardoso & Irmão, 1899. 1 v.

FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1913.

FONSECA, José da. *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*. Paris: Casa de J.-P. Aillaud, 1843.

FONSECA, José da. *Novo Diccionario da Lingua Portugueza e Diccionario de Synonyms, seguido do Diccionario Poetico e de Epithetos*. Paris: Casa de Va. J.-P. Aillaud, Monlon e Ca., 1856. 1 v. (Feito inteiramente de novo e consideravelmente augmentado por J.-I. Roquete).

HOUAISS, Antônio. *Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, 2001.

LACERDA, José de. *Novo Diccionario Geral das Linguas Ingleza e Portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1866.

LACERDA, José Maria de Almeida e Araujo Corrêa. *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Lingua Portugueza para uso dos portuguezes e brasileiros*. 4. ed. Lisboa: Francisco Arthur da Silva, 1874. 1 v.

MANASSÉS. In: *Ilustração Brasileira*, v. 1, n. 4, 15 ago. 1876. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx>. Acesso em: 15 abr. 2022.

MARINHO, Joaquim Saldanha. [Câmara dos Deputados / Discurso proferido em 01 de junho de 1880]. In: *Jornal do Commercio*, 1880. Quarta-feira, 16 de junho de 1880, Anno 59, n. 166. Rio de Janeiro: Typographia de J. Villeneuve & C.^a, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=analfabeto&pagfis=999. Acesso em: 05 mar. 2022.

MIRANDA, Izidro de. [Discurso do Sr. deputado Izidro de Miranda]. In: *Diário de Pernambuco*, quarta-feira, 15 de maio de 1861. Ano XXXVII, N°111. p.2, Typ. de N.F. de Faria. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_04&pesq=Analfabetismo. Acesso em: 11 dez. 2021.

MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Litho-Typographia Fluminense, 1813a. t. I.

- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813b. t. II.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia de M. P. Lacerda, 1823a. t. I.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Typographia de M. P. Lacerda, 1823b. t. II.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1831a. t. I.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1831b. t. II.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 5. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1844. t. I.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858a. t. I.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 6. ed. Lisboa: Typographia de Antonio José da Rocha, 1858b. t. II.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1877. t. I.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. 7. ed. Lisboa: Typographia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1878. t. II.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1890. 1 v.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portugueza*. Rio de Janeiro: Empreza Litteraria Fluminense, 1891. 2 v.
- SIMÕES, José Juviano. In: *Diário de Pernambuco*, quarta-feira, 28 de outubro de 1880. Ano LVI, n. 249, p.3, Typ. de N.F. de Faria. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_06&cpasta=ano%20188&pesq=%22alagoinha%22&pagfis=1989. Acesso em: 18 maio 2022.
- VIEIRA, Frei Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Porto: Typographia de Antonio José da Silva Teixeira, 1872. 1 v.
- VIEIRA, Frei Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Porto: Ernesto Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1873. 3 v.
- VIEIRA, Frei Domingos. *Grande Diccionario Portuguez ou Thesouro da Lingua Portugueza*. Porto: E. Chardron e Bartholomeu H. de Moraes, 1874. 5 v.